

DIREITOS SOCIAIS DOS JOVENS NO BRASIL: CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS

Mirlene Simões SEVERO¹

RESUMO: Ao longo da história nacional, os movimentos sociais de juventude contribuíram para a democratização da sociedade como também para as melhores condições de vida da população. A partir de 2003 órgãos governamentais começaram a colocar prioridade sobre os direitos dos jovens. Inicialmente, o poder legislativo indicou propostas de programas especiais para a população de 15 a 24 anos e posteriormente, em 2004 o governo federal assumiu as discussões sobre o tema. Em 2005 foram criadas pelo governo federal a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Na Câmara dos Deputados, neste mesmo ano, é proposto o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude. No Brasil a discussão sobre os direitos dos jovens chegou tardiamente comparada à outros países da América Latina, ou até mesmo as proposições indicadas pelas Nações Unidas. Isto se deve, em grande parte, às reformas do Estado realizadas desde a década de 1980 com a globalização econômica e a redução do estado de bem estar social. Apesar de as deficiências geradas pelo sistema econômico vigente, esses direitos pela primeira vez na história nacional, possibilitarão a inclusão social de jovens de classes populares a garantias antes exclusivas a setores sociais com melhores condições de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos dos jovens. Movimento social de jovens. História dos jovens no Brasil.

ABSTRACT: *In Brazil, the youth movements have contributed to democracy in society. From 2003 government organs gave priority to the rights of young people. Initially, the legislature indicated proposals for special programs of 15 to 24 years and later, in 2004 the federal government took over the discussions on the topic. In 2005 the federal government were created by the National Secretariat for Youth and National Youth Council. In the Chamber of Deputies, in the same year, it was proposed the Status of Youth and National Youth Plan. In Brazil, the discussion on the rights of young people arrived late compared to other Latin American countries. This is due, in large part, the State reforms undertaken since the 1980s with economic globalization and the reduction of state welfare. Despite the deficiencies generated by the current economic system, these rights for the first time in national history, will*

¹ Doutoranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 - mirlenesevero@yahoo.com.br

enable the social inclusion of young working-class guarantees before the unique social sectors with better income.

KEYWORDS: *Youth rights. Youth social movement. Story development in Brazil.*

O Conceito de Jovem

Para definir os direitos dos jovens no Brasil, assim como a agenda de políticas públicas voltada para esta categoria social, é necessário definir de quem e para quem falamos. Apesar de, em nosso país, esse tema ter sido abordado com maior atenção somente a partir de 2001, pelos Poderes Executivo e Legislativo, e também por organizações não governamentais, é incontestável a participação juvenil no desenvolvimento da sociedade brasileira, ao longo da história. Na academia, o tema começou a ser tratado há poucos anos e seu conceito tem se multiplicado dadas as condições culturais e regionais que os pesquisadores encontram. O conceito de jovem também pode se moldar conforme os interesses de grupos dominantes.

Para Gabriel Medina, há pouco mais de duas décadas surgiu, em nível mundial, o interesse político e acadêmico pelos jovens; o enfoque dominante que tem sido dado para as referências teóricas sobre o estudo da juventude, tem contribuído para gerar imagens estereotipadas ou empobrecidas. Medina (1998) indica que quatro enfoques permitiram esta interpretação, 1) o enfoque psicobiológico, que considera a juventude como um período de reações psicológicas e fisiológicas própria desta idade; 2) o enfoque psicossocial que visualiza a juventude como um período de transição para a vida adulta; 3) o enfoque demográfico que surge nos anos de 1970 para inibir a transição demográfica dos países em desenvolvimento e; 4) o enfoque sociológico, que considera a juventude como período de moratória da infância para a vida adulta.

Para esse autor, por conta deste último enfoque, o conceito de jovens nos estudos de sociologia tem caminhado para a vertente funcionalista, pois sua principal preocupação é atender o processo de integração dos jovens ao sistema de conformidade com as pautas da ordem estabelecida. Por exemplo, a relevância em resolver os problemas do emprego juvenil. Esta interpretação tem recebido questionamentos, pois, o enfoque funcionalista estabelece o que deve ser o jovem para o mundo adulto, considerando-o como problema. Na visão do adulto o jovem é ainda um sujeito social não integrado na sociedade (MEDINA, 1998).

No Brasil as referências conceituais trabalhadas por pesquisadores ou pelos poderes Executivo e Legislativo se constituíram a partir das Nações Unidas que definiram jovem como um segmento populacional, caracterizado com idade entre 15 e 24 anos (ORGANIZACIÓN..., 1996, p.7). O governo federal, através da Secretaria Nacional de Juventude

adotou a idade mínima da ONU de 15 anos e estendeu até 29 anos o limite (BRASIL, 2005a). A Comissão de Juventude da Câmara dá a mesma definição etária de jovem, mas, através das propostas do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional de Juventude, vem considerando que o conceito de jovem no Brasil ainda está sendo construído, dado que é um tema muito peculiar e deve ser trabalhado e estudado de forma criteriosa (BRASIL, 2005b, p.47).

É recorrente nas literaturas sociológica, antropológica e jurídica conceituarem jovem e juventude como sinônimos. Insistimos na definição de jovem, que caracteriza a categoria social, enquanto que juventude representaria condição social, circunstancial. O que buscamos aqui é definir jovem como sujeito de direitos e a revisão da literatura contempla autores que embora trabalhem com a temática juvenil, conceituam apenas juventude. Janice Tirelli de Souza (1999, p.26) define juventude a partir de duas relações: através da transição de uma condição etária para outra; e através dos papéis sociais assumidos com relação ao tempo presente e futuro. Luis Antonio Groppo (2000, p.9), define juventude através do critério etário que, segundo ele, foi herdado das definições fisiopsicológicas, associado ao critério sócio cultural.

Helena Abramo e Gustavo Venturi (2000) consideram haver duas concepções modernas para definir juventude: como fase de passagem no ciclo de vida da dependência para a vida adulta; e como fase que tem predisposição natural para a rebeldia. Renato Janine Ribeiro (2004, p.24), nesse caminho, conceitua jovem como fase da vida de quem, embora tenha saído da dependência material, ainda não entrou na fase adulta, marcada pelo casamento, filhos e trabalho. Para Ribeiro é o momento de escolher o próprio caminho e, por isso, a juventude constitui-se como um "fenômeno social". O ponto comum entre os conceitos apresentados é a fase de passagem da infância para a vida adulta, um momento de formação para a vida. Mas, encontramos outros autores no Brasil que buscam interpretar o jovem de uma forma diferenciada.

Otávio Ianni (1968, p.238) define o jovem como um produto do sistema em que vive e "[...] o seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre o que seu comportamento é tolhido, prejudicado, e, muitas vezes, deformado institucionalmente." Segundo Jorge Barrientos-Parra (2004, p.132), a juventude é um estilo de vida que vai além da definição da idade e que procura ser inconformada com o meio que vive, irreverente e contestadora. Marcio Pochmann (2004, p.220), acredita que a juventude faça parte de uma determinação cultural presente em cada sociedade, que vai além das considerações fisiológicas. Para esse autor, as transformações econômicas também vão repercutir sobre a condição juvenil, revelando aspectos como desemprego, violência, escolaridade, militância política, entre outros. Augusto Caccia-Bava (2004) vai considerar a juventude como categoria social perante a história de cada sociedade, nela ocupando lugar próprio.

Com isso, os pesquisadores da temática juvenil no campo das Ciências Sociais, tiveram consideráveis problemas para encontrar evidências consistentes para colocar o jovem com características sociais e

culturais diferentes das de outros sujeitos. Neste sentido, o sujeito jovem ficou pouco acessível conceitualmente e difícil para analisar um conjunto de características, a partir de situações concretas como integrante das classes trabalhadoras, como pertencente a povos indígenas, como intelectual em formação ou como militante político.

A reflexão sobre o conceito de jovem nas Ciências Sociais desenvolveu-se com a perspectiva normalizadora e funcionalista. Ela promoveu a formação de estereótipos sociais, relacionados à ordem social capitalista e, por isso, segundo Medina o conceito muda conforme o lugar presente na estrutura social.

A partir do momento que se criou o culto à juventude, nasceu também a imagem do "rebelde sem causa", uma geração que consumia sem produzir, separada do trabalho, como também das estruturas de classe, por freqüentarem as instituições educativas. As novas formas de consumo que se refletiam nos jovens eram o reflexo da crise da sociedade industrial clássica e de suas formas culturais. Pelas razões antes indicadas adotaremos neste trabalho o conceito de jovem como categoria social afirmativa que carrega potencialidades de intervenção a partir da dimensão cultural, como proposto por Augusto Caccia-Bava.

Esse pesquisador considera que os jovens atuam junto à sociedade através de contextos culturais. Para ele, o conceito de democracia cultural é significativo para a compreensão da formação dos jovens e foi debatido pela primeira vez no Brasil por Astrojildo Pereira, que considerava ser esta uma dimensão através da qual os jovens poriam em movimento suas capacidades, antes mesmo de buscarem formação técnica ou profissional, os jovens vão ao encontro dos movimentos culturais que lhes estejam próximos. O seu argumento central é que

[...] os jovens são mais que problemas, mais que *período de moratória*, como muitos cientistas têm afirmado. Eles personificam, também, capacidades de expandir os limites de realização dos projetos familiares, de recuperar a sua perspectiva de futuro, muitas vezes abandonada ou perdida pelos adultos. E eles são mais: são criativos e inovadores e transferem, aos adultos, otimismo, quando mobilizados. (CACCIA-BAVA, 2005, p.2, grifo do autor).

A resistência cultural juvenil pode ser identificada como oposição a determinadas conjunturas que, se forem superadas, suas práticas de resistência também o serão. "Daí o caráter transitório das afirmações políticas e culturais dos grupos, núcleos e movimentos de jovens. Mas não por isso, menos verdadeiros." (CACCIA-BAVA, 2005, p.3). Ao pesquisar as experiências das rebeliões e dos movimentos de resistência na história recente o autor estabeleceu uma mediação histórica que pode nos fazer compreender as práticas e os valores dos jovens na sociedade, nas quais cada experiência de cada grupo passa a ser referência dos momentos históricos vividos.

No Brasil, essas experiências dos jovens em grupos, são exemplificadas em vários momentos da história nacional. De início pode-se citar o movimento abolicionista organizado na segunda metade do século XIX que trouxe intensos debates políticos para a sociedade, movidos principalmente por jovens recém formados, moradores dos centros urbanos, que trabalhavam no setor público ou na imprensa.

Algumas décadas depois, outro movimento de jovens teve reflexos em toda a sociedade brasileira: a Semana de Arte Moderna de 1922. Este movimento reuniu jovens literatos, artistas plásticos e músicos que tinham como objetivo defender a contemporaneidade artística. Os jovens que se destacaram na organização da Semana foram, segundo os autores, Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Victor Brecheret, Di Cavalcanti e Villa-Lobos. A intenção deles era coroar a sociedade com uma nova estética e, também, superar o academicismo presente nas artes conservadoras brasileiras, além de se constituir como movimento político no sentido de conseguir educar as classes sociais ainda analfabetas no país.

Formava-se contemporâneo a este, outro movimento organizado por jovens oficiais no interior do exército brasileiro, “[...] que propugnavam por uma forma de ação política contrária aos padrões republicanos e oligárquicos dominantes até a década de trinta do século passado.” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p.79). Era o movimento tenentista de 1922. Este movimento tinha um programa de reformas sociais que incluía a regularização do trabalho de mulheres e crianças, leis para o salário mínimo, organização de cooperativas de produção, entre outras. Os tenentistas desejavam superar as injustiças que o povo brasileiro enfrentava, acabar com a corrupção e melhorar a educação pública.

Entre suas lideranças destacava-se Luís Carlos Prestes, que após o movimento tenentista afirmou-se na política nacional por mais de meio século, como militante comunista; Dinarco Reis que aderiu ao movimento aos vinte e seis anos seqüestrando um avião militar; Siqueira Campos, Miguel Costa, Juarez Távora e Herculino Cascardo, este último chefe do movimento no Estado de São Paulo. Todos estes jovens eram alunos exemplares da escola militar, tinham sólida formação ética e eram inconformados com a injustiça social brasileira.

A primeira organização de jovens no Brasil que colocou dimensão nacional aos movimentos de resistência foi a União Nacional dos Estudantes – UNE – criada em agosto de 1937. Na década de 1940, a entidade assumiu bandeiras nacionais, como a criação da Petrobrás, caráter este que em 1960 foi ampliado para a defesa de posições antiamericanistas. Durante os anos de 1967 e 1979 os militantes da UNE atuaram clandestinamente, por pressão do regime militar, período em que a perseguição ao movimento estudantil era intensa e que para combatê-la foi organizado um processo de resistência através dos Centros Populares de Cultura, o CPC da UNE (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004). Reorganizado, anos depois, pela UMES de São Paulo como descreveremos em seguida neste artigo.

Ao chegarmos, na última década do século XX, encontramos os cara-pintadas ou movimento Fora Collor, de significativa importância na história nacional e juvenil, pois Collor foi o primeiro presidente da República deposto através de amplo movimento de massa, que preservou a ordem democrática. Como os demais movimentos juvenis, este também foi antecedido pela mobilização de forças políticas institucionalizadas, como o Congresso Nacional que apurava denúncias de corrupção do então presidente, através de uma comissão parlamentar de inquérito enquanto, nas ruas, as entidades estudantis organizavam-se para mobilizar passeatas reivindicando o *impeachment* do presidente. Desta forma, ocorreu a junção de duas experiências juvenis, “[...] os principais parlamentares que atuaram pela instalação da CPI contra o presidente Collor eram os antigos líderes do movimento estudantil de 1968 [...], enquanto eles agiam no Parlamento, os jovens atuavam nas ruas.” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p.107).

Percebemos que, as análises históricas que Caccia-Bava e Costa (2004) realizaram sobre as últimas décadas do século XIX e todo o período do século XX, exemplificando a participação dos jovens por meio de movimentos ou grupos, nas mais diversas conjunturas políticas permitem realizar o diálogo entre pesquisadores sobre o conceito de jovem como categoria histórica e cultural. Entre todos os movimentos destacados pelo autor, as motivações culturais e políticas apareceram como traço da condição juvenil, que se amplia em caráter popular e de massa na interlocução dos diversos movimentos do país.

Resguardado e apoiado no papel histórico dos movimentos sociais de juventude e como dito acima, na sua interlocução com os demais movimentos sociais nacionais, surgem, por autoria do governo federal, mesmo que tardiamente a partir de 2005, políticas de proteção e valorização do jovem.

O Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude

No Brasil os direitos dos jovens começaram a ser discutidos em 2003. O Projeto de Lei nº 4529/04 que dispõe sobre o Estatuto da Juventude, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, resume e agrega alguns direitos já existentes sobre os jovens em nosso país. Ele foi elaborado pela Comissão Especial constituída por vinte e três deputados federais e doze partidos. O Projeto de Lei do Estatuto da Juventude é composto por 6 Títulos e 60 Artigos, subdivididos em: Disposições Preliminares, Direitos Fundamentais, Medidas de Proteção, Política de Atendimento ao Jovem, Acesso à Justiça e Disposições Finais².

Outro Projeto de Lei que tem relação com os jovens, em tramitação na Câmara dos Deputados, é o Plano Nacional de Juventude (PL nº.

² Confira CONGRESSO..., 2004a.

4530/04)³. Ele reúne programas, ações e leis voltados a orientar e ampliar as políticas de juventude, com prioridade para a erradicação do analfabetismo juvenil, a universalização do ensino médio, o acesso a bolsas estudantis para a permanência do jovem no ensino superior, a ampliação do programa Primeiro Emprego, a promoção de atividades preventivas na área da saúde. Também, o incentivo a projetos culturais produzidos por jovens, e garantia da inclusão digital nas escolas e nas universidades.

O Plano é destinado aos jovens entre 15 e 29 anos, assim como o Estatuto da Juventude, e apresenta duração de dez anos, a contar de sua aprovação e publicação.

Podemos afirmar que no Brasil, 2005 foi o ano da juventude, pois tanto o Poder Executivo Federal, quanto o Poder Legislativo indicaram ações e programas específicos para os jovens. De acordo com Regina Novaes esta preocupação vinda de diferentes setores sociais se deveu principalmente a um motivo: à violência tanto vivida quanto praticada pelos jovens (NOVAES, 2006).

O Instituto Cidadania, organização não governamental, foi buscar respostas de quem é o jovem brasileiro, onde mora, onde estuda, e porque está envolvido em situações de violência. Para isto realizou uma ampla pesquisa qualitativa e quantitativa que serviu de subsídio tanto ao governo federal quanto à comissão parlamentar da Câmara dos Deputados para firmarem políticas públicas juvenis.

Esta pesquisa foi intitulada Projeto Juventude com objeto central de levantar dados sobre os jovens brasileiros entre os anos de 2003 e 2004. Tanto a plataforma de ações do governo federal na execução de políticas públicas juvenis, quanto as propostas da Comissão de Juventude da Câmara, foram realizadas concomitantemente à pesquisa do Projeto Juventude. Para Regina Novaes (2006), coordenadora desse projeto, o conjunto de dois poderes, Executivo, Legislativo e a sociedade civil representada pelo Projeto Juventude, deixou completa a discussão das políticas públicas e dos direitos dos jovens no Brasil.

Em 16 de junho de 2004, os dados levantados pelo grupo de pesquisa responsável e sistematizados através do Documento de Conclusão, foram entregues ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, e à Comissão de Juventude da Câmara, na abertura da Conferência Nacional de Juventude. Este documento também foi entregue aos governadores e prefeitos, autoridades do judiciário e ONG's juvenis.

Paralelos: Poder Executivo e Movimentos de Juventude

Constatamos dois momentos de discussão dos movimentos juvenis com relação às ações do poder executivo, trata-se do Primeiro e do Segundo Diálogo Nacional das Organizações Juvenis. Estes debates foram

³ Confira CONGRESSO..., 2004b.

realizados em 2004 em Brasília, e em 2005 em São Paulo com o intuito de apresentar ao governo federal propostas para a implementação das políticas públicas juvenis. Participaram desses encontros cerca de quarenta entidades juvenis com representação nacional.

Os movimentos juvenis, convidados pela União Nacional dos Estudantes, reuniram-se em Brasília, na Câmara dos Deputados, aos 03 e 04 de junho de 2004, em um debate intitulado Primeiro Diálogo Nacional das Organizações Juvenis. O objetivo desse encontro era mobilizar as organizações nacionais de jovens para que propusessem políticas e direitos ao governo federal, bem como analisar o desenvolvimento econômico do país. Neste encontro, foi formulada e aprovada pelas 24 entidades participantes do debate, a Carta Aberta do Primeiro Diálogo Nacional de Organizações Juvenis.

Logo no início deste documento é lembrado que os jovens no Brasil sempre participaram dos momentos de mudança da história nacional, com expressiva colaboração às conquistas sociais. É citado ser necessário desenvolver um novo projeto para o país, caracterizado pelo desenvolvimento humano, com melhor distribuição de renda e crescimento econômico que possa ter a inclusão efetiva da juventude à educação de qualidade, à cultura e ao trabalho. Com relação aos movimentos juvenis, é dito que eles estão dispostos a realizar medidas que diminuam as injustiças sociais, reduzindo os efeitos do neoliberalismo, porque a juventude brasileira representava, no ano de 2004, quase 20% da população total do país, permitindo sua contribuição para executar projetos sociais de alcance nacional.

Segundo os jovens participantes do Primeiro Diálogo de Organizações Juvenis, são relevantes as ações do poder executivo, legislativo e da sociedade civil no intuito de construir espaços para a juventude; no entanto, a formalização de espaços institucionais para que os jovens possam tratar os assuntos de forma autônoma, sem intervenção governamental ou internacional, ainda não foram realizados.

Para a construção de uma política nacional de juventude, a Carta Aberta indica nove diretrizes: 1) a política de juventude deve ser uma política de Estado e não de governo e deve estar associada a um projeto geral para o país; 2) deve garantir os direitos da juventude considerando gênero, raça e etnia, nas mais diversas áreas; 3) sobre a participação dos jovens na elaboração das políticas públicas, diz que:

[...] visando assegurar uma maior identidade da juventude com as políticas a serem implementadas, a participação é peça chave desde a elaboração, articulação e implementação, garantindo o permanente diálogo e negociação, mas assegurando a autonomia das organizações através de espaços democráticos e transparentes. (ORGANIZAÇÃO..., 2004, p.6).

4) constituir espaços para a articulação e mobilização dos movimentos juvenis; 5) articular o projeto de políticas públicas juvenis integrado em

torno de um novo projeto de país; 6) constituir um plano nacional de juventude definindo objetivos e metas para serem alcançados pelo Estado; 7) constituir um espaço ligado ao poder executivo; 8) institucionalizar locais para a participação ampla e diversa da juventude sobre a definição das políticas públicas e, 9) criar o Conselho Nacional de Juventude, para estabelecer relação entre os movimentos de juventude e o poder executivo.

A Carta encerra com a assinatura das entidades juvenis participantes do Primeiro Diálogo: União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, Pastoral da Juventude do Brasil, Nação Hip Hop Brasil, União dos Escoteiros do Brasil, União da Juventude Socialista, Comissão de Jovens da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira, do Partido dos Trabalhadores, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em junho de 2004, essa Carta foi entregue ao governo federal como sugestão dos movimentos juvenis para constituição de ações do poder executivo com relação aos jovens. Após esta indicação das entidades foi criado o Grupo Interministerial sobre Juventude que formulou e propôs com a sugestão da Comissão de Juventude da Câmara e do Instituto Cidadania através do Projeto Juventude, a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, como expressa o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, na cerimônia de criação destes órgãos,

Trabalhamos duro, com intensa participação de entidades da sociedade civil e da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados, para elaborar conjuntamente uma política nacional para a juventude. E eu não queria, aqui, esquecer o extraordinário trabalho que fez, não apenas a Câmara dos Deputados, mas o Instituto Cidadania [...] formamos um grupo Interministerial, que cumpriu dedicadamente suas funções, e hoje estamos aqui, criando a Secretaria Nacional de Juventude [...] (BRASIL, 2005c).

O Segundo Diálogo Nacional de Organizações Juvenis foi realizado em 26 de abril de 2005, na sede na União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo; assim como no primeiro, a UNE fez o convite aos movimentos de juventude. Este encontro teve a participação de Helena Abramo, representando a ONU, o presidente da Comissão de Juventude da Câmara, Deputado Reginaldo Lopes, Regina Novaes representando a Secretaria Nacional de Juventude e mais quarenta organizações juvenis. Como o presidente da UNE informou, esta segunda edição do Diálogo de Organizações Juvenis ocorreu em momento diferente com relação ao primeiro encontro, afirmando que:

O momento é de discutir a atuação da sociedade civil e dos órgãos ligados ao poder público. Com a criação da Secretaria Nacional, buscamos a clara definição das diretrizes das políticas governamentais. Mais importante ainda é que essas políticas estejam vinculadas a um projeto de desenvolvimento para o país, que permita de fato o acesso à cidadania (FEDERAÇÃO..., 2005).

Dentre as propostas de discussão para este encontro destacaram-se na pauta o debate e avaliação das Políticas Públicas de Juventude após a criação da Secretaria Nacional, do Conselho e da Comissão do Plano Nacional de Juventude; a discussão das formas de articulação da sociedade civil, especialmente os movimentos juvenis, diante destes novos instrumentos e, fomentar os diálogos sobre o Conselho Nacional de Juventude. Assim como o Primeiro Diálogo, este também aprovou, com as entidades participantes, uma Carta Aberta.

A Carta Aberta do Segundo Diálogo Nacional de Organizações Juvenis teve como subtítulo, Contribuição ao Conselho Nacional de Juventude. Ela inicia com a avaliação que no Brasil, pela primeira vez em sua história Republicana, o governo federal assume a responsabilidade de realizar e desenvolver políticas públicas juvenis, criando a Secretaria Nacional de Juventude em fevereiro de 2005, fruto dos debates e sugestões tanto dos movimentos juvenis quanto do Congresso Nacional e da sociedade civil organizada.

Na Carta, os jovens consideram que o resultado desta política, teve início com os movimentos juvenis presentes nos diversos momentos da história nacional, como também as iniciativas geradas pela ONU, a partir de 1985, com a declaração do Ano Internacional da Juventude, sendo retomadas a partir de 1990, com o Programa Mundial de Ação para os Jovens. O ápice das ações do poder executivo para a implementação de políticas públicas juvenis, como citado na Carta, foi no terceiro ano do governo Lula.

Nessa Carta os jovens consideram que, a afirmação de direitos e a garantia da participação juvenil na realização de políticas públicas, ainda não se realizaram em sua totalidade, e que a associação desta iniciativa, com o desenvolvimento nacional soberano voltado para a maioria da população é fundamental. Destacam que a participação juvenil é necessária para “[...] o sucesso de uma política nacional de juventude, sem a qual não se pode falar em estratégia de desenvolvimento, democracia e eficácia na utilização dos recursos públicos.” (ORGANIZAÇÃO..., 2005, p.2).

São indicadas, na Carta, seis diretrizes que se relacionam com o Conselho Nacional de Juventude. A primeira considera que o Conselho tem que ser um instrumento de ligação entre a sociedade civil e o poder executivo, assim como, um mediador das demandas que envolvam a juventude; a segunda sugere que o Conselho tem que se constituir em um espaço de debate e de pactos para a formulação de uma agenda de política públicas juvenis; a terceira diretriz corresponde à política de

Estado para formar o Conselho; a quarta considera que, para o completo comprometimento do Estado brasileiro é necessário que o poder judiciário se envolva na constituição e consolidação desta política; a quinta, diz respeito à formação do Conselho que, segundo sugestão dos jovens, deve ser composto por entidades e organizações juvenis com reconhecido trabalho entre os jovens; a sexta e última diretriz, sugere a composição dos movimentos juvenis no Conselho.

Para compor o Conselho Nacional de Juventude as organizações juvenis tomaram como referência a pesquisa realizada pelo Projeto Juventude que classificou nove formas de organização juvenil: partidos políticos, movimento estudantil, entidades sindicais e associações profissionais, pastorais, redes e movimentos, ong's juvenis, identidades específicas, grupos que fazem ação local, cultura e lazer, causas ou campanhas.

Na finalização da Carta, os jovens consideram que a composição do conselho deve expressar a pluralidade das organizações juvenis, respeitando a diversidade e a autonomia dos movimentos. Consideram ainda que, respeitar estes movimentos quanto sua autonomia, construirá um Conselho sintonizado com as organizações coletivas de jovens e mais preparado para a realização da política nacional de juventude.

Assinam a Carta Aberta do Segundo Diálogo Nacional de Organizações Juvenis, as entidades: União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo; Centro de Estudos e Memória da Juventude; Casa da Juventude de São Paulo; Centro Popular de Cultura da UMES/SP; Coletivo Nacional da Juventude da Central Única dos Trabalhadores; Juventude da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Comissão Nacional dos Jovens da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Federação Mundial das Juventudes Democráticas; Instituto Paulo Freire, Juventudes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, do Partido Popular Socialista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil, entre outras.

Embora os movimentos de juventude tenham participado de forma tardia das discussões propostas pelo governo federal, até mesmo porque a bandeira de reivindicações destas organizações não era, até o momento, a das políticas públicas juvenis, a receptividade destas propostas pelos movimentos foi positiva, como demonstrado nas duas atividades realizadas pelos jovens. Percebemos que os movimentos de juventude se associaram às propostas do governo federal indicando os acertos e as críticas aos programas.

Por parte do governo federal, existiu um retorno à estas críticas, principalmente quanto às considerações elaboradas na carta do Segundo Diálogo de Organizações Juvenis sobre a composição do Conselho Nacional de Juventude.

Este movimento mostrou-se um pouco diferente quanto à participação juvenil no processo de debates sobre a formulação do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional de Juventude organizado

através da Comissão de Juventude da Câmara, em que as contradições entre jovens e deputados foi constante.

Uma Experiência Juvenil Coletiva: O Centro Popular de Cultura da União Municipal de Estudantes Secundaristas de São Paulo

Uma das experiências que podem se tornar referência na elaboração de políticas públicas juvenis e dos direitos dos jovens, trata-se do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo.

A UMES é a entidade que representa os estudantes do ensino fundamental e médio da capital paulista. Foi fundada em agosto de 1980, através de uma eleição direta, com disposição de urnas nas escolas. Participaram três chapas e a vencedora, Bloco na Rua com 30.000 votos, iniciou os trabalhos de constituição da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Até sua fundação as atividades estudantis eram organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Tendo divergências entre as organizações políticas que constituíam a UMES, até 1985 poucas atividades foram desenvolvidas e neste mesmo ano foi realizado um congresso de reconstrução. Nesse congresso a União Metropolitana passou se chamar União Municipal dos Estudantes Secundaristas. Mas o período de instabilidade ainda não terminara. De 1988 até o segundo semestre de 1990 a entidade ficou sem diretoria, quando foi convocado, através do Conselho de Entidades, o segundo congresso de reconstrução. Este conselho elegeu uma diretoria provisória, com cinco integrantes, para que organizassem o congresso da UMES.

O congresso elegeu a mesma diretoria do conselho que permaneceu em 1991. Em 1994, com nova diretoria eleita, é fundado o Centro Popular de Cultura da UMES, que começa suas atividades em 1995. Em 2003 é aprovado no congresso a eleição da diretoria de dois em dois anos. Em 2006, ocorreu o 18º congresso da entidade⁴.

Logo após o movimento Fora Collor, a UMES, através de sua diretoria, percebeu a necessidade de realizar um trabalho cultural alternativo àquele produzido nas rádios e televisões. O motivo para tal decisão, segundo os diretores da época, era transformar a imagem superficial que, principalmente, a televisão passava, sem reflexão do momento que o Brasil vivia e do papel dos jovens neste processo. Na revista de lançamento da peça de teatro Querem Bater Minha Carteira, que inaugurou o teatro da UMES, os diretores revelaram que,

A galera secundarista, que estava pulando o muro das escolas para escrever a nossa história nas ruas, saía das

⁴ Estas informações foram coletadas junto aos antigos diretores da UMES, Ulisses José Ramos e Carlos Alberto Cavalcanti Alves.

manifestações no maior embalo, e ficava achando no mínimo esquisito que aquilo tudo não estivesse virando tema de música, de poesia, de vídeo, cinema, teatro, não estivesse tendo um reflexo significativo no plano cultural. (UNIÃO..., 1994, p.01).

Para montar o Centro Popular de Cultura da UMES, segundo a diretoria, foi importante estudar, pesquisar e descobrir se já tinha alguma experiência como esta no movimento estudantil do Brasil. A resposta foi encontrada no CPC da UNE da década de 1960, e este foi o caminho que os jovens diretores da UMES seguiram. Buscaram apoio dos antigos participantes daquela época para que pudessem passar seus conhecimentos e técnicas para desenvolver o CPC da UMES. Denoy de Oliveira e Hermanno Penna, integrantes do CPC da década de 1960, ajudaram realizar os primeiros trabalhos culturais em duas frentes: com produção de vídeos e, no Primeiro Curso de Formação do CPC, com aulas de dramaturgia, cinema e literatura.

Quando da criação do CPC, os diretores da UMES ressaltaram a importância deste trabalho para a discussão dos temas sociais, econômicos e políticos do país, como também, das questões específicas da vida estudantil, secundaristas ou universitária. Citam também que este CPC não é apenas uma continuação do CPC de 1960, mas que pretende mergulhar nas contradições atuais para poder pela arte indicar as soluções. Lembram que, em 1964, o CPC da UNE foi silenciado pelo golpe militar e a sua sede junto com a UNE no Rio de Janeiro, foi queimada e os seus militantes presos mas,

O novo CPC é sem dúvida um resultado do renascimento do movimento estudantil consciente e organizado, que de forma conseqüente encaminha-se para uma participação social mais combativa. (UNIÃO..., 1994, p.02).

Ainda segundo os diretores da UMES, os meios de comunicação, em nossos dias, exercem influência maior sobre a população do que no período do CPC da UNE, fazendo com que o trabalho atual do Centro Popular de Cultura exija mais dedicação, sensibilidade e inteligência para entrar no cotidiano das pessoas. É um trabalho cultural e político que trilha e, simultaneamente, se renova, construindo novas maneiras de discutir a realidade sócio-política do cotidiano e experimentar novas formas criativas de linguagem artística.

O CPC foi criado em 1994 com este ideal, sua aprovação foi realizada no Congresso da UMES e, neste mesmo ano, foram lançados dois vídeos: Caras Pintadas e Pega Ladrão, com a direção de Denoy de Oliveira e um espetáculo Querem Bater Minha Carteira, que inaugurou o Teatro da UMES. Para Denoy o CPC pode simbolizar uma revolução cultural que expresse a esperança e a alegria da vida. Sua proposta, segundo ele, é de ser um centro de experiências porque o melhor seria, para o diretor, que existissem vários Centros Populares de Cultura pelo

país pois, a “produção regional é a base para a democracia brasileira” (UNIÃO..., 1994, p.13).

Em doze anos de atividades o CPC da UMES realizou uma produção significativa na música, no teatro, no cinema, no vídeo e na literatura, com a característica de envolver sempre os jovens estudantes neste processo. Foi criada neste período a gravadora do CPC, como alternativa às correntes da música popular brasileira. Dentre os seus objetivos, destacamos, como expresso por seus diretores, valorizar as expressões regionais, a tradição étnica, a história musical do povo brasileiro, a memória sonora do cinema e do teatro nacional. “Nosso compromisso maior é com a qualidade e a valorização do principal bem cultural de nosso país: a música.” (UNIÃO..., 2006, p.2). A gravadora conta com cem títulos inéditos da produção nacional.

Fora títulos de distribuição comercial, a UMES realizou de 1996 a 1998 distribuição gratuita para escolas, bibliotecas e centros culturais de São Paulo de títulos que representam o registro fonográfico dos projetos musicais realizados em seu teatro. Estes projetos são: Serenata na UMES, volumes do 1 ao 6, UMES Cantarena, volumes do 1 ao 5, Primeiro e Segundo Campeonato Brasileiro de Poetas Repentistas e, a Primeira e Segunda Mostra Secundarista de Música. Até 2002, segundo informações da diretoria da entidade, foram distribuídos 38.800 *cd's*.

Desta forma, o Centro Popular de Cultura da UMES destaca-se pela iniciativa de estudar a cultura nacional e divulgá-la entre os jovens. Esta proposta, desde 1994, criou na sede da entidade uma referência dos jovens com os artistas das diferentes áreas culturais do país, além de garantir um espaço de divulgação para aqueles que não o tem no mercado produtor. Segundo a atual diretoria da entidade, “[...] é fazer da produção cultural uma generosa e transformadora crítica da realidade brasileira, através do diálogo constante com a sociedade.” (UNIÃO..., 2006).

Ao mesmo tempo que os jovens se organizam para defenderem seus direitos estudantis, são também aproximados do universo da cultural nacional pouco apresentada nos veículos de comunicação tradicionais. O CPC da UMES é uma alternativa na formação cultural e social dos jovens.

Conclusão

A história da juventude no Brasil está sendo escrita. Após várias interpretações conceituais, análises acadêmicas e históricas, dificuldades de identificação dos movimentos sociais de jovens, eles são reconhecidos como categoria social com potencial de intervenção na sociedade, como também de sua mudança.

Ainda estão em discussão na Câmara dos Deputados (até fechar este artigo em outubro de 2010), o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude, ambos projetos de lei indicados pela Comissão de Juventude da Câmara. Tal comissão mudou bastante desde 2004 quando realizou as primeiras conferências estaduais e a conferência nacional com

o intuito de captar subsídios para a elaboração dos direitos dos jovens no Brasil. Entraves orçamentários e ideológicos entre deputados fizeram com que ambos os projetos não fossem aprovados.

Já a instalação da Secretaria Nacional de Juventude, órgão ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, e o Conselho Nacional de Juventude impulsionaram as políticas públicas juvenis de 2005, data de sua criação, até hoje 2010.

Mesmo que de forma tardia, acreditamos que as ações iniciadas pelo governo federal sobre a temática jovens foi positiva. Sabemos de todas as dificuldades e restrições quanto à interação com as organizações juvenis, mas estes erros devem ser superados assim que estas políticas se tornarem presentes no cotidiano dos jovens e do governo. Destacamos em especial o Conselho Nacional de Juventude que se tornou um veículo de interlocução entre o governo e os jovens na busca de elaboração de políticas juvenis de estado, ou seja, permanentes e inclusivas.

Os jovens são muito mais que números são a expressão mais concreta da sociedade e por isso devem estar inseridos em programas que possam tirá-los da situação de pobreza, de miséria, e de desigualdade para que possam também contribuir na busca pela igualdade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G. Juventude, política e cultura. **Teoria e Debate**: revista da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n.45, jul./ago./set. 2000.

BARRIENTOS-PARRA, J. O estatuto da juventude: instrumentos para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de informação legislativa**, Brasília, ano 41, n.163, jul./set. 2004. Separata. Senado Federal.

BRASIL. Lei n.11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário oficial da união**, Brasília, 1 jul. 2005a.

_____. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. **Relatório Final**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005b. (Série ação parlamentar, 301).

_____. Medida provisória n.238, de 1 de fevereiro de 2005c. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa

Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, cria o Conselho Nacional de Juventude - CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/266881.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2005.

CACCIA-BAVA, A. O estudo sobre os jovens brasileiros. **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, n.44, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044rea.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2005.

_____. Direitos civis dos jovens e a insegurança urbana. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 9, n.17, p.41-64, 2.sem. 2004.

CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D. I. P. **O lugar dos jovens na história brasileira**. São Paulo: Escrituras, 2004.

CONGRESSO NACIONAL. Projeto de lei n.4.529, de 25 de novembro de 2004a. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=271219>. Acesso em: 10 maio 2010.

_____. Projeto de lei n.4.530, de 25 de novembro de 2004b. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=271233>. Acesso em: 10 maio 2010.

FEDERAÇÃO dos Bancários da CUT [FETEC]. **Notícias**. Disponível em: <http://www.fetecsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21353&catid=54:questoes-sociais&Itemid=128>. Acesso em: 3 maio de 2005.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1968. v.1. p.225-242.

MEDINA, G. (Org.). **Aproximaciones a la diversidad juvenil**. México: Colegio de México, 1998.

NOVAES, R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. Artigo inédito a ser publicado na Coletânea Educação para Todos MEC/UNESCO. Maio 2006.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Programa de Acción Mundial para los Jóvenes hasta el año 2000 y años subsiguientes.** RESOLUCIÓN n.50/81, de 13 de marzo de 1996. Disponible en: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/771/46/PDF/N9677146.pdf?OpenElement>>. Acceso en: 3 fev. 2005.

ORGANIZAÇÃO dos movimentos juvenis. **Carta aberta do segundo diálogo nacional:** contribuição ao conselho nacional de juventude. São Paulo, 2005.

_____. **Carta aberta do primeiro diálogo nacional.** Brasília, 2004.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.217-241.

RIBEIRO, R. J. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.19-34.

SOUZA, J. T. P. **Reinvenções da utopia:** a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

UNIÃO municipal dos estudantes secundaristas de São Paulo [UMES]. Histórico Centro Popular de Cultura – CPC. Disponível em: <www.umes.org.br/index.php>. Acesso em: 3 fev. 2006.

_____. **Querem bater minha carteira.** São Paulo: Umes, 1994. Revista de apresentação da comédia musical.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Prestação de Contas do Governo Federal: 3 anos. **Revista Brasil**, Brasília, Ano III, n.06, 2005. Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República.

_____. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. Secretaria Nacional de Juventude. **Informe sobre as Políticas Públicas de Juventude através do Secretário Beto Cury**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>. Acesso em: 23 nov. 2005.

CACCIA-BAVA, A. Exclusão Social na Identidade Brasileira. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.127-140, 1999.

FÓRUM Nacional de movimentos e organizações juvenis. **Ata da reunião em Brasília/DF para organização da Conferência Nacional de Juventude**. Brasília: 26 de Maio 2004.

FÓRUM São Paulo de movimentos e organizações juvenis. **Contribuições ao Plano Nacional de Juventude (PL 4530/04)**. São Paulo: 2005. Versão Preliminar.

INSTITUTO Cidadania. **Projeto juventude**: documento de conclusão: versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo: [s.l.], 2004. Disponível em: <http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/pdf/doc_conclusao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2005.

NOVAES, R. **Juventude, oportunidades e apostas**. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/secgeral/juventude/arquivo_projovem/artigo4>. Acesso em: 6 jun. 2005.

UNIÃO nacional dos estudantes [UNE]. **Resoluções do 49º Congresso da União Nacional dos Estudantes**. 29 jun a 03 jul. 2005. Disponível em: <http://une.org.br/home2/une_on_line_jun_2005/49__conune/m_524.html>. Acesso em: 20 jul. 2005.

WEISS, Z. (Coord.). **Vozes jovens**: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do Século XXI. Brasília: Banco Mundial Brasil, 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/27LivroPort.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2005.